

Presidente do GT do pacote anticrime diz que 80% das propostas foram mantidas

Em entrevista ao Fonte Segura, a deputada Margarete Coelho conta os bastidores do Grupo de Trabalho que analisou as propostas de Sergio Moro (MJSP) e Alexandre de Moraes (STF) para a área de Segurança

Samira Bueno

3 de dezembro de 2019

LULA APARÍCIO / OAB RJ



Deputada diz que foi um equívoco chamar o pacote do Governo de “anticrime”. “Esse pacote visa melhorar a persecução penal, que é uma coisa que acontece depois do crime”, afirma

A deputada federal Margarete Coelho Coelho (PP-PI) ganhou destaque nacional ao ser escolhida para presidir o Grupo de Trabalho que analisou o chamado “pacote anticrime” que, ao longo de 230 dias, tratou das alterações legislativas dos PLs [10372/18](#) e [10373/18](#), de autoria do ministro Alexandre de Moraes, e do PL [882/19](#), do ministro Sergio Moro. Em entrevista exclusiva ao *Fonte Segura*, ela contou como começou se aproximar do tema da Segurança Pública depois que um crime bárbaro aconteceu no Piauí, quando ela era vice-governadora. Coelho também comenta como foi a relação com o ministro Sergio Moro durante os trabalhos do GT e revela que nenhuma associação de policiais compareceu à comissão para defender o chamado “excludente de ilicitude”, que dá proteção legal para policiais que matam em serviço.

Aos 55 anos, nascida em São Raimundo Nonato no Piauí, a deputada é formada em Direito pela UFPI, com mestrado e doutorado. Ante de chegar a Brasília, foi deputada estadual e vice-governadora do Piauí. Veja abaixo os principais trechos da entrevista ao *Fonte Segura*.

Fonte Segura - Deputada, queria que você nos contasse um pouco da sua trajetória e inserção na política, em especial o encontro da Margarete com a agenda da segurança pública, que se dá em um primeiro momento com a agenda do enfrentamento à violência contra a mulher, certo?

Margarete Coelho - Realmente a minha pauta antes era meio ambiente, minha área era mais essa, mas acho que o vazio no espaço das mulheres era muito grande e que alguém que falasse minimamente do tema já era convocada. Eu já trabalhava como advogada em partido político e essa questão da participação da mulher sempre me chamou a atenção, como as mulheres eram poucas e como elas estavam fazendo as campanhas para os candidatos, carregando votos e funcionavam como mulas carregando votos, para lá e pra cá, mas não participavam. Depois eu fui para a OAB e na condição de diretora da OAB-PI esse espaço aumentou. E eu me vi falando em nome das mulheres.

Essa questão da violência contra a mulher, dos assassinatos e estupros, sempre estiveram no meu radar, mas começou mesmo quando a gente assumiu o Governo do Estado. Porque, durante a campanha, eu me comprometi muito com essa pauta. Quando eu ia debater com as mulheres, elas falavam das diversas modalidades de violência, e eu assumi esse compromisso. Intuitivamente eu me aproximei da segurança pública, a doutora Eugênia Villa, responsável pode desenvolver e implantar o protocolo de investigação de feminicídio e plantão de gênero, que se tornou subsecretária. O governador era muito aberto a discutir o tema, e começamos a trabalhar essa pauta, trabalhando essa questão também como agenda de segurança pública e não apenas como de direitos das mulheres.

E a questão dos feminicídios veio com o episódio das meninas de Castelo. Eram quatro meninas que estavam em um ponto turístico da cidade de Castelo e elas foram atacadas e agredidas por quatro adolescentes e um adulto. Elas foram estupradas, amarradas, espancadas e arremessadas lá de cima. Quando soubemos disso, decidimos que precisávamos cuidar delas, em especial porque a cidade de Castelo, distante 180 km da capital, não tinha hospital, não tinha condições de dar o tratamento que elas precisavam. Então fomos para o hospital de urgência e nos reunimos com a imprensa explicando o que era a revitimização dessas meninas. É a hora que a gente usa a autoridade como vice-governadora. Explicamos que elas chegariam dilaceradas e pedimos “por favor não as fotografe, por favor, ouçam as famílias com cuidado” e a imprensa foi muito atenciosa. Nós separamos uma ala para essas meninas no hospital, levamos peritas mulheres para atendê-las porque era repugnante imaginar as meninas que acabaram de ser estupradas serem periciadas por homens.

Fonte Segura - Você chegou em Brasília em um momento conturbado da política nacional, contexto de extrema polarização e em que o debate sobre a segurança pública está no centro da agenda pública. Como se deu o seu processo de escolha para liderar o GT, que esteve sob a atenção do público durante todo esse ano?

Margarete Coelho - Eu já era conhecida pela militância de mulheres, de falar em outros estados sobre a inserção de mulheres na política e de violência contra a mulher. E aí eu encontrei com a Soraia Santos, que era a Secretária da Secretaria da Mulher da Câmara. A Secretaria da Mulher tem assento na mesa de líderes. E ela fez uma coisa bem interessante, que foi uma reunião de boas-vindas às novas parlamentares e ela falou muito bem do meu trabalho e jogou bastante expectativa no meu mandato. Em seguida, o líder do partido me apresentou como uma pessoa experiente.

Logo em março aconteceu a semana da mulher, quando pegam todos os projetos de interesse da mulher e fazem aquele mutirão para votar. Ao distribuírem os projetos chegou em mim um projeto difícil, que estava aqui desde 2011 e ele não andava porque os empresários barravam sempre, pois o projeto de lei penaliza o chefe e a empresa, então não ia para lugar nenhum. E me deram esse. Daí peguei, fui no partido que tem uma excelente assessoria e disseram “O MDB não vota por isso, o PSOL não vai votar porque não sei o que..”, me deram um mapa dos problemas.

Daí eu fui conversar com cada um, colocando o que cada um pediu e dando um jeito no que não queriam. Na hora da votação foi um embate enorme, 4h votando no projeto de lei. O Hildo Rocha (MDB-MA) foi muito agressivo e gritou “você vão ser processados pelas empregadas de vocês” e eu respondi “deputado, você está me assediando. O senhor já não votou? Não discursou contra? O senhor já fez o que tinha que fazer, agora eu estou fazendo o que tenho que fazer”. Enfim, depois desse debate todo, aprovamos e fomos construindo os ajustes no plenário. E aí eu acabei mostrando o meu trabalho.

Fonte Segura – E nesse ponto chegou o projeto do ministro Moro?

Margarete Coelho - Quando chegou o projeto do Moro foram montar o GT, para dar tempo de o processo amadurecer, de ter um debate, e me ligaram para saber se eu queria fazer parte do GT. E aí realmente eu não sei por que me escolheram para presidir,

mas acho que o Rodrigo Maia (DEM-RJ) ficou impressionado com a forma como eu dialogava com os outros partidos, essa forma de negociar, de ouvir, de comprar, deve ter chamado a atenção.

Daí, quando cheguei lá, pensei “e agora, como vamos fazer?” e descobri que GT não tinha regimento. Sentei, estudei os outros GTs e criei junto com a consultoria jurídica uma regra. Fiz um plano de trabalho, organograma e uma proposta de divisão de trabalho com audiências públicas, quantidade de temas a serem debatidos, etc. Na primeira reunião, o Capitão Augusto (PL-SP) chegou como relator nomeado. O GT nunca tinha tido relator, então o grupo se rebelou. Mas eu disse, vamos trabalhar, vamos conversar. Na primeira reunião que sentei à mesa com eles o Capitão Augusto correu e sentou na cabeceira da mesa, quando eu cheguei o Paulo Teixeira (PT-SP) disse “quem vai sentar na cabeceira é a Margarete, que é a coordenadora”. Eu falei “meninos é o seguinte, existe uma sabedoria indígena que diz que a gente conversa em roda, então vamos fazer de conta que a mesa é uma roda e vamos fazer uma roda de conversa”. Perguntei se alguém tinha ideia de como fazer os trabalhos e apresentei a minha proposta. Todos aceitaram.

Eu já tinha feito um plano de trabalho, divisão dos temas e definimos que nas audiências públicas todo mundo teria direito a chamar participantes. Ao final foram 10 audiências com média de 6 expositores por audiência, mais as reuniões técnicas do grupo e mais as audiências com os movimentos sociais. Todas as reuniões foram públicas, todas as votações abertas, tudo muito transparente.

Fonte Segura - Como foi a relação com o ministro Moro?

Margarete Coelho - Primeiro ele achou que ia se impor para o grupo. Nós fizemos uma visita a ele, depois ele retribuiu e veio ao GT, extremamente diplomático. Antes o Alexandre de Moraes já tinha vindo apresentar os projetos dele na Câmara. Então o Moro veio também, bem cordial, diplomático. Afirmou que sabia que aquilo era uma proposta, que sabia da liberdade que a Câmara tinha.

Mas nas outras oportunidades que estivemos com ele não havia diálogo, ele nunca aceitava negociar, não aceitava conversar, nunca aceitava a opinião do grupo. Muito apegado ao texto dele, não queria que se fizesse nada, nem tirasse ou incluísse nada. Então, o diálogo foi esfriando, a gente não ia evoluir na conversa. Em todas as nossas reuniões os assessores dele estavam presentes e sempre foram muito respeitosos. Os assessores dele estão vindo de porta em porta para conversar e têm sido elogiosos ao trabalho do grupo, mas já depois do pacote votado, o clima com o Moro ficou bem azedo.

Fonte Segura – Que tipo de tensão?

Margarete Coelho – Primeiro, tivemos as tensões no decorrer do processo. O Moro começou a fazer pressão e o Rodrigo Maia respondeu, chegou ao ponto que até o presidente Bolsonaro disse que a prioridade era a previdência, e que não dava para andar os dois projetos juntos. Então, Moro terminou aceitando que não daria e o processo foi adiado. Nós fazíamos duas reuniões por semana ao longo destes 200 dias.

Depois que terminamos o pacote, fomos entregar para o Alexandre de Moraes, e o diálogo foi muito aberto. Dos projetos do Alexandre de Moraes ficou cerca 80%, do Moro um pouco menos.

“ Mas nas outras oportunidades que estivemos com ele (Moro) não havia diálogo, ele nunca aceitava negociar, não aceitava conversar, nunca aceitava a opinião do grupo. Muito apegado ao texto dele, não queria que se fizesse nada, nem tirasse ou incluísse nada. Então, o diálogo foi esfriando, a gente não ia evoluir na conversa”

Fonte Segura - Um dos pontos mais polêmicos era o excludente de ilicitude, que o presidente Bolsonaro tem reiterado como sua prioridade. No entanto, já existe um dispositivo legal para garantir a proteção ao policial nos casos de uso da força letal em legítima defesa ou na defesa de terceiros. Como foi essa discussão dentro do GT, em especial com o relator?

Margarete Coelho - Foi muito difícil porque o Capitão Augusto não dialogava. Não aceitava a opinião de ninguém e toda vez que era contrariado ia para a imprensa falar mal do grupo. Isso gerou uma antipatia muito grande no grupo, o que no final gerou até um certo humor. E ele desistiu de berrar tanto quando era contrariado. Agora, com relação ao excludente de ilicitude eu nunca recebi, e ninguém do grupo recebeu, por parte das entidades representativas das Polícias, qualquer pedido para manter essa proposta.

O que fizemos, até como sugestão do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, foi incluir um dispositivo para garantir a defesa do policial. A gente votou com muita tranquilidade. Depois, nós recebemos os representantes da Defensoria muito preocupados. Argumentam que eles não têm orçamento e quadro de pessoal suficiente para dar conta de toda a demanda. Então, eles têm medo dessas medidas, pois, de certa forma, originariamente deveria ser o papel deles, advogar gratuitamente para pessoas em

determinadas situações. Então fizemos um ajuste no texto, dizendo que sempre que não tivesse defensoria, onde a defensoria não alcançasse, o Estado deveria garantir o apoio jurídico ao policial envolvendo em ocorrências com resultado de morte no horário de serviço.

Fonte Segura - E quais pontos do relatório final do GT que você destaca como avanços importantes no enfrentamento ao crime e à violência?

Margarete Coelho - Acho que o grande equívoco foi chamar o pacote de "anticrime". Ele não é anticrime e isso desinformou, gerou expectativa errada na sociedade. Esse pacote visa melhorar a persecução penal, que é uma coisa que acontece depois do crime. Como prevenção, pode ter o efeito genérico de dissuadir o criminoso. Porque você vai punir e mais rápido. Isso diminuiria a criminalidade, mas eu não tenho essa impressão. Mas o pacote tem coisas muito boas. Primeiro, a questão de tirar o combate às milícias das polícias locais e levar para a Polícia Federal. O juiz de garantia, a questão do banco genético que vai ficar mais robusto, o endurecimento que dificulta a progressão de regime em crimes hediondos com resultado morte, a questão de não ter saidinha em crimes com resultado morte e a mudança no tempo máximo de cumprimento de pena, que agora passa a ser de 40 anos, o que muda toda a questão da progressão de regime.

Fonte Segura - O que mais a senhora destacaria?

Margarete Coelho - Tem também a questão do juiz sem rosto, as varas criminais colegiadas para julgar criminosos vinculados ao crime organizado. Ao invés de ser um juiz julgando e a família dele sendo ameaça, juízes sendo executados como aquela juíza em Niterói, são vários juízes de vários estados julgando, por isso chamamos de juiz sem rosto. O banco de perfil balístico, teremos todas as armas com perfil lá, perda largada de bens, um grande avanço. Então o criminoso junta o patrimônio e vai colocando em nome de familiares e outras pessoas, agora o Estado vai poder tomar os bens dessa pessoa, embora esta pessoa não esteja na sentença, desde que prove que a origem desse bem é a atividade criminosa do outro. O Estado vai poder tomar esse bem e utilizar para a segurança pública.

Fonte Segura - E como fica a tramitação a partir de agora?

Margarete Coelho - Vamos votar o regime de urgência na terça-feira e, se tiver condições, votar o mérito na quarta, se não, na próxima semana. A partir de segunda (dia 02/12) eu já começo as reuniões com os partidos, já está marcado com o MDB, PSDB, PSB, PDT, PT, PP e vários outros.

Teremos ainda um momento tenso de definição de nomeação do relator. O nosso relatório fez uma sugestão de substitutivo, o relator deve adotar esse substitutivo, e abrir para as emendas, emendas substitutivas, aditivas e supressivas. A expectativa é que seja aprovado esse ano, a ideia é ser votado nessa semana ou na próxima. A Câmara votando, então vai para o Senado.

Samira Bueno

Diretora-executiva do Fórum Brasileiro de Segurança Pública

<https://backup.forumseguranca.org.br/tema-da-semana/template-1-editorial-s9ajd-zey7p-2xrgp-ji3ez>

